

JORGE ALBERTO DE OLIVEIRA MARUM

Promotor de Justiça no Estado de São Paulo, mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo São Francisco) e professor titular de Ciência Política e Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito de Sorocaba.

MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITOS HUMANOS

Um estudo sobre o papel do Ministério Público na defesa e na promoção dos direitos humanos

Bookseller
Editora e Distribuidora

Campinas - SP, 2006



Localização: 347.963:342.7

M389m

Código de barras: STJ00065621

CATALOGAÇÃO NA FONTE

342.7
M358m Marum, Jorge Alberto de Oliveira
Ministério Público e direitos humanos / Jorge Alberto
de Oliveira Marum.- Campinas: Bookseller, 2005.
442p. 23 cm

ISBN 85-7468-396-5

1. Direitos humanos — Ministério Público. Ministério
Público - Direitos humanos I. Título.

CDU 342.7

SUMÁRIO

Apresentação	23
--------------	----

Primeira Parte Ministério Público

Capítulo I Ministério Público: Origens e Evolução Histórica

1. Antecedentes históricos do Ministério Público na Antigüidade: Egito, Grécia e Roma	29
2. Antecedentes históricos do Ministério Pública na Idade Média	36
3. A gênese do Ministério Público no absolutismo	38
4. O Ministério Público no -Estado Moderno	40
5. A formação do Ministério Público em Portugal	43
6. Evolução: histórica do Ministério Público no Brasil	45
7. Atual perfil, do Ministério Público brasileiro	54

Capítulo II O Ministério Público no Direito Comparado

1. Introdução	59
2. O Ministério Público na França	61
3. O Ministério Público na Itália	63
4. O Ministério Público na Alemanha	66
5. O Ministério Público em Portugal	69
6. O Ministério Público na Espanha	72
7. O Ministério Público nos países ligados a antiga União Soviética	74
8. O Ministério Público na África e na Ásia	76
9. O Ministério Público nos EUA	77
10. O Ministério Público na América Latina	79
11. Conclusão	82

Segunda Parte Direitos Humanos

Capítulo III A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos

1. Introdução	87
2. Antiguidade: a pré-história dos direitos humanos	88
3. Antecedentes dos direitos»humanos nas antigas religiões	90

Localização: 347.963:342.7

M389m

Código de barras: STJ00065621

3.1. Direitos humanos e Judaísmo	91
3.2. Direitos humanos e as religiões orientais	93
4. Antecedentes dos direitos humanos na Antiguidade greco-romana	94
5. O Cristianismo e o Islamismo e os direitos humanos	98
6. Os direitos humanos na Idade Média	100
7. As declarações de direitos inglesas	103
7.1. A Magna Carta (1215)	103
7.2. A Petition of Rights (1628)	106
7.3. O Habeas Corpus Act (1679)	107
7.4. O Bill of Rights (1689)	108
7.5. O Act of Settlement (1701)	109
8. Os direitos humanos no Estado Moderno	109
8.1. Introdução: o panorama intelectual	109
8.2. A influência de Locke, Montesquieu e Rousseau	111
8.3. O liberalismo econômico e a ascensão da burguesia	118
8.4. A Revolução Americana	119
8.4.1. Antecedentes	119
8.4.2. A Declaração de Direitos do Bom. Povo da Virgínia	121
8.4.3. A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América	121
8.4.4. A Constituição Norte-americana e seu Bill of Rights	123
8.5. A Revolução Francesa e suas declarações de direitos	125
8.5.1. Antecedentes	125
8.5.2. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789	130
8.5.3. A Constituição de 1791	133
8.5.4. A Constituição jacobina de 1793	134
8.5.5. A Constituição termidoriana de 1795	136
8.6. O século XIX e a primeira grande crise dos direitos humanos: Restauração Revolução Industrial Liberalismo e Positivismo	138
9. A luta pelos direitos sociais: da utopia à realidade	143
9.1. Antecedentes	143
9.2. A Constituição Mexicana de 1917	150
9.3. A Revolução Russa de 1917	152
9.4. A Constituição Alemã de Weimar de 1919	155
10. A internacionalização dos direitos humanos: antecedentes da Declaração Universal	157
10.1. O direito humanitário	159

10.2. A repressão à escravidão e ao tráfico de escravos	162
10.3. A Liga das Nações	165
10.4. A Organização Internacional do Trabalho	166
11. A Segunda Guerra Mundial e a grande ruptura dos, direitos humanos	167
12. A reconstrução dos direitos humanos: antecedentes da Declaração Universal dos Direitos Humanos	173
12.1. As "quatro liberdades" de Roosevelt	173
12.2. A Carta do Atlântico de 1941	174
12.3. A Declaração, das Nações, Unidas de 1942	175
12.4. O Tribunal de Nuremberg - 1945-1946	175
12.5. A Carta das Nações Unidas de 1945	177
12.6. A OEA e o Conselho da Europa	178
13. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948	179
13.1. A dignidade da pessoa humana	180
13.2. A liberdade como princípio e como direito	182
13.3. A igualdade como princípio e como direito	185
13.4. O princípio da fraternidade ou solidariedade humana e os direitos sociais, culturais e econômicos	186
13.5. Significado da Declaração	188
13.6. Natureza e força jurídica da Declaração	190
14. O Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos	192
14.1. Os Pactos de Direitos de 1966	193
14.1.1. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	195
14.1.2. O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	205
14.2. As Grandes Convenções e o Sistema Especial de Proteção	214
14.2.1. A Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de 1948	214
14.2.2. A Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1966	218
14.2.3. A Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação Racial de 1965	219
14.2.4. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979	226
14.2.5. A Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis. Desumanos ou Degradantes de 1984	229
14.2.6. A Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989	233

14.2.7. Os direitos da humanidade: as Convenções sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), sobre os Direito do Mar (1982) e sobre a Diversidade Biológica (1992)	236
14.3. Últimos desenvolvimentos: Declaração e Programa de Ação de Viena e Tribunal Penal Internacional	239
15 O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos	242
15.1. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948	243
15.2. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos Pacto de São José da Costa Rica de 1969	245
15.3. A Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura de 1985	255
15.4. A Convenção Interamericana para Prevenir Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher de 1994	256

Capítulo IV Os Direitos Humanos no Brasil

1. Direitos humanos no Brasil Colônia	259
2. Direitos humanos no Império	260
3. Direitos Humanos na Primeira República	263
4. Direitos humanos na Constituição de -1934	266
5. A Intentona Comunista e a primeira ruptura dos direitos humanos no Brasil	269
6. A Carta ditatorial de 1937 e o Estado Novo	276
7. A Constituição de 1946	278
8. O Golpe Militar de 1964 e a Constituição de 1967	280
9. O AI-5 de 1968, a Constituição de 1969 e a segunda e mais grave ruptura dos direitos humanos no Brasil	284
10. A Constituição de 1988 e a reconstrução dos direitos humanos no Brasil	300
11. Interação entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e a Constituição Federal	320
12. Situação atual dos direitos humanos no Brasil	333
13. Conclusão	336

Terceira Parte O Ministério Público e os Direitos Humanos

Capítulo V O Ministério Público em Face dos Direitos Humanos Fundamentais

1. O Ministério Público e a dignidade do ser humano e o direito a ter direitos	339
2. O Ministério Público e o direito a vida	342
3. O Ministério Público e o direito à igualdade	349
4. O Ministério Público e o direito à liberdade	349
5. O Ministério Público e os direitos políticos	354
6. O Ministério Público e o acesso à Justiça	355
7. O Ministério Público e o direito de propriedade	356
8. O Ministério Público e os direitos sociais, econômicos e culturais	363
8.1. O Ministério Público e os direitos sociais dos trabalhadores	364
8.2. O Ministério Público e o direito à Educação	364
8.3. O Ministério Público e o direito à Saúde	365
9. O Ministério Público e a proteção dos direitos humanos de minorias e grupos vulneráveis	367
10. O Ministério Público e os direitos dos povos e da humanidade	371

Capítulo VI

O Ministério Público e os Direitos Humanos no Brasil

1. Antecedentes históricos	375
2. O Ministério Público e os direitos humanos no Estado Novo	377
3. O Ministério Público e os direitos humanos na Ditadura Militar	379
4. O Ministério Público e os direitos humanos na redemocratização do Brasil	388
5. Vocação e legitimação do Ministério Público para a defesa e a promoção dos direitos humanos na nova ordem constitucional	392
5.1. Legitimação constitucional do Ministério Público em matéria de direitos humanos	394
5.2. Legitimação infraconstitucional do Ministério Público em matéria de direitos humanos	397
5.2.1. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e os direitos humanos	397
5.2.2. A Lei Orgânica do Ministério Público Federal e os direitos humanos	398
5.2.3. A Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e os direitos humanos	400
6. Instrumentos de atuação do Ministério Público para a defesa e promoção dos direitos humanos	400

6.1. Ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato

normativo federal, estadual ou municipal	401
6.2. A ação de constitucionalidade	402
6.3. A inconstitucionalidade por omissão	402
6.4. Arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal	403
6.5. Representação para intervenção federal nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios	404
6.6. Representação ou ação por crime de responsabilidade	404
6.7. Ação penal pública	405
6.8. A proteção às vítimas e testemunhas	407
6.9. A ação civil ex delicto	408
6.10. A impetração de writs constitucionais	409
6.10.1. O habeas corpus	410
6.10.2. Mandado de segurança	411
6.10.3. Mandado de injunção	412
6.10.4. Habeas data	413
6.11. O inquérito civil e a ação civil pública	414
6.12. O controle externo da atividade policial	419
6.13. Atendimento ao público e medidas decorrentes	422
6.14. Defesa do regime democrático	424
6.15. Promoção da responsabilidade dos executores ou agentes do estado de defesa ou do estado de sítio pelos ilícitos cometidos no período de sua duração	425
6.16. Intervenção em processos judiciais que envolvam direitos humanos	425

Capítulo VII

Um Balanço Final: O Ministério Público Brasileiro e os Direitos Humanos na Atualidade	427
Conclusões	433
Bibliografia	437
Pessoas entrevistadas	445